

# VIII Encontro Macrorregional

Rio de Janeiro - RJ.

De 14 a 16 de novembro de 2014.



## RECID Sudeste e o Projeto Popular:

"Bandeiras que carregam  
esperanças, lutas  
que exigem paixão  
e compromisso."





**REDE DE  
EDUCAÇÃO  
CIDADÃ**

**VIII ENCONTRO MACRO SUDESTE**  
De 14 a 16 de Novembro de 2014  
**FLUMINENSE HOTEL**  
Rua doa Inválidos, 176 - Centro

**Tema:** RECID Sudeste e o Projeto Popular:

**Lema:** “Bandeiras que carregam esperanças, lutas que exigem paixão e compromisso.”

**Objetivos do Encontro:**

- Celebrar, visualizar e refletir sobre as bandeiras e lutas de cada Estado;
- Avaliar os processos do sudeste do ultimo convênio;
- Levantar pistas pra uma eventual continuidade (com ou sem recurso do convênio);
- Aprofundar uma linha política comum no sudeste;
- Revisitar o Projeto Político Pedagógico da RECID com foco no Projeto Popular e levantar os desafios das lutas populares pós eleições;
- Refletir sobre os espaços de participação social e de políticas públicas e controle social (com foco nos eixos de ação do sudeste – CONAE, Reforma Política, Juventude, Mulheres, questões étnicas, Economia Solidária, Agroecologia, Marco Regulatório da Sociedade Civil e o Marco de Referencia da Educação Popular);
- Construir carta síntese do sudeste (importante a preparação prévia nos Estados).

O que?	Programação	Quem?
<b>14 de Novembro de 2014</b>		
<b>Tema: Avaliação da Recid na região Sudeste e Educação popular como PP – Que implicações? Oportunidades? Riscos?</b>		
Chegada e Acolhida	Período da manhã	Equipe RJ
Almoço	12:00h – 13:00h	
Integração	14:00h Organização do espaço expositivo dos Estados.	Equipe RJ e Jeane ES
Intervalo	15:30h – Cafezinho	Coordenação
Integração	16:00h – Mística - <b>Lutas Celebradas</b>	Coordenação
Plenária	17:30 – Apresentação da pauta e auto-organização /GT's de tarefas e reflexões).	Coordenação
Intervalo	18:30h – Banho/Jantar	
Em Grupos	20h – Reunião dos Estados (organizar as sínteses e outros)	GT's organizados
<b>15 de Novembro 2014</b>		
<b>Tema: Análise da Conjuntura: Desafio das lutas populares no pós eleições.</b>		
Despertar	7:30h – 8:30h – Café	
Integração	8:30h – Animação	Equipe de Animação/Cultural
Plenária	9h – Análise da Conjuntura: Desafio das Lutas Populares no pós eleições.	Coordenação Assessoria
Intervalo	10h – Cafezinho	Coordenação
Plenária	10:30 – Continuação da Analise de Conjuntura	Assessoria
Intervalo	12h às 13h – Almoço	Coordenação
Plenária	14h – Avaliação Recid (2011-2014) avanços e limites a partir do texto base - Apresentação da síntese dos Estados (dimensões política,	Apresentação por Estado

	pedagógica e gestão – organicidade: CN e Recid Sudeste).	
Intervalo	16h – Lanche	
Plenária e Grupos	16h - Apontamentos para o futuro. O que propomos como\para continuidade? (com base na avaliação dos Estados e os elementos da conjuntura)	Grupos Mistos
Intervalo	19h – Jantar	Coordenação
Vivências Culturais	21h – Noite Cultural	Equipe de Animação/Cultural
<b>16 de Novembro de 2014</b>		
<b>Tema: Conjuntura Política Brasileira e da região Sudeste: desafios e papel da RECID</b>		
Despertar	7:30h – 8:30h – Café	
Integração	8:30h – Animação	Equipe de Animação/Cultural
Plenária	8:45h - Partilha, debate e síntese das proposições.	Coordenação Apresentação dos Grupos Mistos
Intervalo	10h – Cafezinho	Coordenação
Plenária	10:15h - continuação da síntese	GT Sistematização
Plenária	11h - Avaliação do encontro	Coordenação
Mística	12h - mística final	
<b>Retorno aos Estados</b>		

## Uma Política Pública de Educação Popular?

22 de julho de 2014 por marcel farah

A Rede de Educação Cidadã e um conjunto de organizações sociais vem debatendo junto com setores do Governo Federal a elaboração de uma Política Nacional de Educação Popular – PNEP. O objetivo é articular um campo de práticas, fortalecer iniciativas da sociedade civil e sensibilizar a educação pública a partir do referencial da educação popular crítica e transformadora. Um mapeamento dos processos educativos no Governo Federal, realizado pelo Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã<sup>1</sup>, elencou dezenas de ações desenvolvidas em conjunto com os movimentos sociais que podem ser articuladas a partir do referencial da educação popular.

Desde 2011 vem sendo construído coletivamente (governo + sociedade) um documento com diretrizes, princípios e o conceito do que se tem chamado educação popular para as políticas públicas. Em 22 de maio de 2014 foi publicada a Portaria nº11/2014 da Secretaria Geral da Presidência da República instituindo este documento intitulado “Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas”<sup>2</sup>. Este é um documento aberto a críticas e contribuições que espera-se seja complementado pelos diversos outros sujeitos praticantes da educação popular.

A ideia da educação popular por dentro da institucionalidade, de governos e do Estado mais especificamente, não é nova. Na década de 60 o Plano Nacional de Alfabetização coordenado por Paulo Freire já tinha esta intenção. Trazer para o Estado a vitalidade de práticas educativas emancipatórias como estratégia, à época, de superação do analfabetismo, mas também de disputa do sentido e da finalidade do Estado. A Ditadura abortou esta experiência logo que foi vitoriosa em 1964.

Nas décadas de 1970 e 1980 o movimento de educação popular foi essencial para a construção dos referenciais que predominaram nas atividades de formação dos movimentos sociais que se consolidavam à época. A organização popular em geral atuou, neste período, contra o Estado e não por dentro do Estado. Assim a educação popular passou a ser mais identificada com práticas não estatais, ou anti-estatais.

Ao final da década de 1980 e na década de 1990, com a experiência do governo popular de Luiza Erundina na cidade de São Paulo, tendo Paulo Freire à frente da secretaria municipal de educação, retomam-se as experiências de educação popular por dentro do Estado. Em sentido semelhante surgem as experiências do orçamento participativo no sul do país além dos conselhos e conferências de políticas públicas com a Constituição de 1988. Estas iniciativas fazem pensar no papel do Estado e da democracia, e trazem de forma conjunta a participação popular e a educação que a potencializa. Ou seja, a educação voltada para o fortalecimento da cidadania, que incentiva a luta por direitos e a participação do cidadão comum.

Em 2003 foi criada a Rede de Educação Cidadã inicialmente como ação do Programa Fome Zero, e posteriormente ampliou suas frentes de atuação para além das “beneficiárias” dos programas governamentais. A RECID é uma experiência de articulação de diversos sujeitos para realização de processos educativos com vistas ao fortalecimento da cidadania e da organização popular. Ao mesmo tempo que parte do



Estado valoriza os princípios da educação popular, o diálogo, o partir da realidade, a valorização dos conhecimentos populares e a intenção de transformar a realidade, de baixo para cima. É, portanto, mais uma experiência de educação popular como política pública, de onde surge a ideia da PNEP.

### **Em que consiste a PNEP?**

A proposta é que a PNEP seja uma política voltada para agregar diversas ações do Governo Federal – economia solidária, educação ambiental, educação de jovens e adultos, educação popular em saúde etc – em torno de um referencial comum, baseado nos princípios da educação popular que respeita a diversidade cultural e de saberes, parte do contexto social em que se desenvolve e visa a transformação da realidade. Seu foco são as práticas estatais materializadas nas políticas públicas. Portanto, podemos dizer que é uma política que busca fortalecer o controle social.

Este é um ponto sobre o qual, geralmente, se estabelece uma falsa polêmica. Baseada na questão sobre o que vem a ser controle social.

Controle social: se exercido pelo Estado pode ser expressão do autoritarismo, se exercido pela sociedade pode ser expressão de democracia.

Para superar esta questão é importante reforçar alguns pontos. Primeiro é necessário dizer que a proposta da PNEP está voltada para programas, ações e planos que já existem no Governo Federal. A PNEP não interfere nas práticas de educação popular existentes na sociedade, que inclusive, são muito maiores e mais vigorosas do que a institucionalidade consegue abranger. Em segundo lugar, a proposta é que a política seja gestada e gerida por uma comissão com representantes do governo e da sociedade civil. Ou seja, sua gestão é baseada em uma instância de participação popular. Terceiro elemento é que a PNEP buscará garantir que a metodologia participativa da educação popular seja seguida nos processos de formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Portanto, não corremos o risco de que a educação popular seja cooptada, controlada, resumida a uma política, ou mesmo asfixiada pela ação do Estado. Afinal ela busca criar uma matriz de processos educativos a partir do que já existe no Governo Federal.

### **Como está sendo construída a PNEP?**

Este processo de debate requer coerência com os princípios da educação popular. Por isso está sendo desenvolvido a partir de rodas de conversa, oficinas e um sem número de debates abertos dos quais participam diversos atores sociais.

<sup>1</sup>Departamento integrante da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República.

<sup>2</sup>Disponível em <http://www.participa.br/educultura/gallery/marco-de-referencia-da-educacao-popular.pdf>.

Em 2011 foi realizado um seminário a partir da Rede de Educação Cidadã com a participação de movimentos sociais de diversas áreas. No ano de 2012 foi iniciada uma articulação com integrantes de grupos de pesquisa e entidades sociais que trabalham com educação popular. Nos anos de 2013 e 2014 foram realizados dois seminários que buscaram agrupar movimentos sociais, Rede de Educação Cidadã, organizações da sociedade civil e Governo Federal para debater a proposta da PNEP.

O Marco de Referência foi construído após consulta pública de 30 dias, acessada por quase 2 mil pessoas. Ainda hoje é possível participar dos debates, se informar e contribuir por meio do portal da participação social do governo federal, no endereço [www.participa.br/educultura](http://www.participa.br/educultura).

Em 2013 foram realizadas as etapas municipais, regionais e estaduais da 2ª Conferência Nacional de Educação. Período rico em debates sobre as potencialidades e limites desta política que busca recolocar a educação popular como elemento essencial à construção de um projeto de nação democrático e popular.

A conferência de educação e os seminários sobre a política, contribuíram para a definitiva aproximação do MEC do debate sobre a PNEP. Por outro lado aproximou toda esta movimentação dos debates em torno da aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE.

O texto do PNE aprovado traz, na estratégia 20 da meta 7:

Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

Portanto nos próximos dez anos, tempo de vigência do PNE, viveremos a intensificação dos debates e a experimentação de práticas de educação popular também por dentro do ensino escolar.

Este cenário é convidativo para dar capilaridade ao debate sobre a política de educação popular junto com os rumos que queremos dar à educação pública. Este é o desafio no momento, massificar a proposta da PNEP para ser debatida por todos aqueles e aquelas que lidam com práticas de educação no Brasil e entendem a importância da educação popular para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e popular.

Brasília, 21 de julho de 2014.

Marcel Franco Araújo Farah  
Coordenador Geral de Processos Formativos/Secretaria Geral da Presidência da República

## **DIVERSIDADE, UNIDADE E TRANSFORMAÇÃO**

### **Desafios atuais para a Recid e a Educação Popular, como estratégia para avançar no Projeto Popular para o Brasil.**

Antes de mais nada duas observações acerca mesmo da prática de se fazer análise de conjuntura:

1. A partir dos anos 90, houve um certo abandono das análises de conjuntura como instrumento pedagógico de se avançar nas lutas e movimentos sociais. A análise de conjuntura é fundamental para as estratégias de construção de um outro modelo. A definição de nossas táticas é feita nas interações e na reflexão da dinâmica dos cenários a cada período.
2. Vivemos uma conjuntura extremamente adversa e não só complexa, mas confusa (quadro eleitoral, projeto em disputas...), o que borram uma análise mais clara do atual cenário político-econômico e dificultam se apontar tendências político-econômicas, em curso no país e do mundo.

Vivemos momento cruciais e delicados de uma conjuntura política adversa no campo da garantia dos DH, tendo, de um lado, novas formas de lutas sociais, novos atores e novas estratégias e táticas de reivindicação e questionamento do sistema capitalista globalizado e, de outro, um acirramento das forças de direita e de conservadorismo, instaladas, sobretudo, no legislativo e no judiciário brasileiro. Os desafios são imensos para avançarmos no Projeto Popular para o Brasil. Estamos perdendo muitas das disputas ideológicas no interior da sociedade, como a redução da maioria penal, o debate sobre a “verdade, a memória e a justiça” com relação aos horrores da ditadura (que alguns insistem em chamar de “ditabranda”). Nunca o capital investiu tanto no mascaramento ideológico para se manter, através, por exemplo, da exacerbação do consumismo, do individualismo, de padrões sociais de puro “espetáculo” e apelo à “felicidade imediata”. O que nos aponta para a necessidade não só de mudanças estruturais no campo econômico e político, mas, sobretudo, ideológicos e de um movimento de contra-cultura. Com relação aos movimentos sociais ainda vivemos momentos de desarticulações, porém há iniciativas de mobilizações interessantes: após junho de 2013 em muitos estados manteve-se as mobilizações como as Assembléias horizontais em BH, o movimento tarifa zero para o transporte coletivo em várias capitais; aumento das ocupações urbanas, novas formas de organização das juventudes.

### **No campo político econômico da região Sudeste**

Em MG, depois de mais de 10 anos de governos neo-liberais com propostas de “choque de gestão”, ou seja, de enxugamento do Estado e desresponsabilização com as políticas sociais, o quadro é de falência do Estado, criminalização dos movimentos sociais (mesmo com um discurso, recente, de aproximação de lideranças e MS, frente às eleições que se aproximam), do aumento da violência urbana e entrega dos recursos naturais, como o minério de ferro, para as grandes multinacionais. Em São Paulo e Espírito Santo, com governos do PSDB, as realidades não são muito diferentes.

No estado de Minas tem mais de 11 milhões de hectares de terras devolutas – que pertencem ao estado e/ou a União. Assim como, no Espírito Santo, essas terras historicamente estão envolvidas num complexo sistema de grilagem envolvendo cartórios, políticos e órgãos públicos federais e estaduais. Grande parte desse território vem sendo utilizado para plantação de eucalipto depois que milhares de posseiros e agricultores familiares terem sido expulsos de suas terras com muita violência, desde a década de 70, do século passado.

O avanço da mineração sobre essas áreas é o aspecto mais preocupante que vem afetando diretamente a agricultura familiar e os territórios tradicionais presentes em várias regiões do estado, sobretudo, no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. A anuência do poder público, que vê nesta atividade um importante vetor do desenvolvimento econômico e de geração de divisas, tem sido determinante para a atração de grandes mineradoras transnacionais, principalmente chinesas, canadenses e européias.

Nos programas de energia, construção de barragens e exploração mineral a luta dos atingidos tem sido combater e denunciar o atual modelo energético brasileiro, que transforma a água, a energia, os minérios em mercadorias, causando sérios impactos na vida da população e violando os direitos das populações atingidas. Há um padrão sistemático de violações de direitos humanos na implantação desses projetos. A resistência à perda de suas terras, a garantia dos direitos das populações atingidas e reparação das perdas causadas por esses projetos, o reassentamento dessas famílias, a manutenção da Tarifa Social de Energia, a revisão das tarifas diminuindo os preços pagos pela população da energia elétrica e do gás, são bandeiras de luta desses atingidos.

Na luta pela terra, sobretudo, no Sudeste, estamos diante, de um lado, do esgotamento do que se convencionou chamar de “reforma agrária clássica<sup>1</sup> e de outro do avanço do agronegócio, que representa os interesses apenas dos grandes proprietários de terra, do capital financeiro e das empresas transnacionais. Um modelo baseado na monocultura, em que cada fazenda se especializa num só produto como soja, cana, pastagens ou eucalipto. No Brasil atual, 80% de todas as terras se dedicam apenas a esses cinco cultivos. O agronegócio representa um pacto de poder das classes sociais hegemônicas, com forte apoio do Estado Brasileiro, pautado na financeirização e na acumulação de capital, na mercantilização dos bens da natureza, gerando concentração e estrangeirização da terra, contaminação dos alimentos por agrotóxicos, destruição ambiental, exclusão e violência no campo, e a criminalização dos movimentos, lideranças e lutas sociais.

Frente a essa constatação, em fevereiro de 2012 diversos movimentos e organizações do campo, como Comissão Pastoral da Terra, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem –Terra e Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais se uniram num grande seminário nacional e *deliberaram pela “construção e realização de um processo de luta unificada em defesa da Reforma Agrária, dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais: terra como meio de vida e afirmação da identidade sociocultural dos povos, e da produção de alimentos saudáveis; o estabelecimento do limite de propriedade da terra no Brasil. Desenvolvimento rural com distribuição de renda e riqueza e o fim das desigualdades; Produção e acesso a alimentos saudáveis e conservação ambiental, estabelecendo processos que assegurem a transição para agroecológica. Garantia e ampliação de direitos sociais e culturais que permitam a qualidade de vida, inclusive a sucessão rural e permanência da juventude no campo”*( Seminário Nacional das Organizações e Movimentos do campo, 2012). O que o MST, no seu VI Congresso, em 2014<sup>2</sup>, chamou de “Reforma Agrária Popular”. Reforma agrária popular porque na conjuntura atual “ela precisa atender não só as necessidades dos camponeses sem terra, que precisam trabalhar, mas as necessidades de todo o povo. E o povo precisa de alimentos, alimentos saudáveis, sem venenos, precisa de emprego, precisa de desenvolvimento da agroindústria, precisa de educação e cultura”.

Pensar a juventude na realidade contemporânea nos provoca a pensar o presente-futuro do campo e do Brasil, na sua complexidade de ritmos e das transformações das relações sociais e de trabalho. Muitos têm atribuído a essas transformações e a busca pelo consumo de bens culturais do mundo moderno, como as principais causas do crescente êxodo dos jovens para os grandes centros urbanos, aprofundando o fenômeno do “envelhecimento e masculinização do campo”

---

<sup>1</sup> Modelo de reforma Agrária baseada num pacto de classe entre os camponeses, que querem terra e a burguesia industrial brasileira que demanda mercado interno.

<sup>2</sup> Realizado de 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília, cujo Lema foi: Lutar e construir a reforma agrária popular”!



(saem mais moças, do que rapazes), desde a década de 90. Mas quais são as suas preocupações? O que pensam da Reforma Agrária e de seu futuro no campo? Que papel eles/as têm na construção de um projeto popular para o campo e para o Brasil?

Há indicações claras de que as organizações e movimentos sociais, sobretudo no campo, estão perdendo esta batalha junto à juventude. Os jovens estão saindo de suas comunidades para trabalho assalariado rural e muitos voltam em situação de marginalidade, com reflexos no aumento da criminalidade na zona rural. Ou permanecem nas cidades em situação de desemprego ou precarização do trabalho e com baixa escolaridade. Sujeitos a todo tipo de violência. O desafio colocado para movimentos, entidades sociais e Recid aponta para o desenvolvimento de estratégias que promovam a permanente mobilização deste público, por meio da articulação com outras entidades e movimentos, inclusive na perspectiva da incidência nas políticas públicas para a juventude. Avançar no trabalho junto às escolas que apresentam dificuldades para incorporar a educação contextualizada e os conteúdos relacionados à história das lutas locais, à agroecologia, cultura, comunicação, formação profissional, trabalho, etc. Isso pode ser feito com uma articulação estreita com o movimento nacional e regional “por uma educação do campo”, que já envolve, na região Sudeste, diversos STRs, MST, outros movimentos sociais e universidades.

Um outro aspecto a destacar foi trazido pelo estado do Rio de Janeiro. O Estado (principalmente a Cidade do Rio) passa por um grande momento de transformação política e econômica. Na cidade do RJ observa-se uma “guerra civil” com o fracasso da política de segurança pública e o acirramento das forças do tráfico organizado. O que vem expulsando a violência e o consumo/tráfico de drogas para outras regiões, como o Médio Paraíba. Ao invés de solução, a política de segurança pública das UPPs, está expandindo e transferindo a violência para o interior. Diante desse quadro as manifestações de 2013 foram importantes e favoreceram a criação de espaços de debates/estudos que buscam analisar essa situação, no estado. Como, por exemplo o grupo de Conflitos e Resistências.

Por fim, no campo político vem se colocando quatro condições para radicalizarmos a democracia no país.

1. Aperfeiçoar a participação social nos conselhos e outras instâncias
2. Romper com o poder econômico nas eleições; reforma política
3. Revelar a “verdade” e fazer justiça com respeito à ditadura
4. Universalizar o acesso e qualidade da educação no país

A Recid/Nacional avançou nesses pontos quando se coloca à frente da defesa do aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Participação Social e do aprofundamento da “Educação Popular para as Políticas Públicas”, mesmo, vislumbrando um longo e contraditório caminho a ser percorrido ainda.

## **DESAFIOS INTERNOS APONTADOS PARA A RECID**

- Aprofundar o trabalho de base e a formação continuada, em conjunto, com outros movimentos.
- Ganhar organicidade nos coletivos estaduais, em cada Estado, e na articulação Sudeste;
- Não se consolidou um “sentimento de Rede e de coletivo”, em alguns estados e isso dificulta a elaboração e cumprimento de metas do planejamento anual;
- Em alguns estados, não se construiu acordos políticos e metodológicos eficazes, para o cumprimento de planos de trabalho; faltando comprometimento com o trabalho coletivo.

- Dificuldade de realizar reuniões mais periódicas do coletivo de educadores, o que impede de avançar para um trabalho mais coletivo.
- Gestão financeira → dificuldades nacionais do novo convênio se complicou com dificuldades nos Estados. Cortes financeiros prejudicaram as atividades de base, estaduais e de equipe.
- A autogestão é um temática que deve ser aprofundada e vivenciada nos estados.
- Falta dedicação integral dos educadores, mesmo os que são contratos para 40 horas, não trabalham de forma dedicada as ações.

#### **QUANTO Á CONTINUIDADE DA RECID**

- Pode-se pensar em um esgotamento da RECID como ferramenta de um Projeto de Governo?
- A RECID está fechando mais um ciclo. O PPP foi elaborado por um outro conjunto de educadores. Talvez seja a hora de repensá-lo. Estamos em um ano de repensar novos ciclos;
- Há um série de dificuldades estaduais, isso se coloca como desafio para quem realiza o acompanhamento nacional;
- Outro desafio de sustentabilidade da Recid. O Rio de Janeiro avalia ser inviável ter educadores contratados de 20 horas, pois essas pessoas acabam tendo que trabalhar em outros espaços e comprometendo o trabalho da Recid.
- Vivemos dificuldades práticas advindos da opção do processo de institucionalização da Recid, em curso no atual Convênio. A opção pela redução da equipe pedagógica afim de priorizar o burocrático, por exemplo.
- É necessário tomar uma decisão. A relação pé dentro, pé fora, ao mesmo tempo que é interessante. Ela é contraditória, e acaba causando uma série de incômodos...
- O ano de 2014 (Copa, eleições...) nos exigiu priorizar e aprofundar as discussões e ter foco nas ações... Conseguimos? Quais os resultados do trabalho nesse ano?
- .”Onde termina o convênio e começa a militância??” Caso o convênio termine, o que será feito com tudo que foi construído até agora?
- Sistematizado por Rosely C. Augusto – Recid/MG, a partir de reunião Sudeste, de janeiro de 2014, no RJ.



**REDE DE  
EDUCAÇÃO  
CIDADÃ**

Carta circular nº 06/ 2014

**Assunto:** Texto-base do Encontro Nacional e Entrega dos Resultados do Plebiscito Constituinte Brasília-DF, 16 de outubro de 2014

Estimadas/os educadoras/es populares,

Nos aproximamos do momento presencial do 12º Encontro Nacional da RECID que será realizado de 04 a 07 de dezembro em Brasília-DF.

Em preparação ao Encontro, como já foi informado na carta convite do mesmo, enviada junto à circular número 05 de 2014, devem ser feitos debates nos estados e nos Encontros Macrorregionais que ainda ocorrerão sobre o momento em que vivemos e de avaliação dos últimos quatro anos da RECID.

Neste sentido, enviamos anexo o texto-base do Encontro Nacional elaborado na 2ª oficina nacional de sistematização ocorrida de 8 a 11 de outubro em Brasília.

O texto-base traz uma leitura sobre a prática da RECID nos últimos quatro anos e servirá como motivador dos debates a serem realizados nos estados e macrorregiões.

Os debates devem envolver o maior número possível de pessoas que atuem ou atuaram na RECID em cada estado e região. A partir do debate, cada estado ou região deve elaborar um texto síntese (3 páginas) com a análise de conjuntura regional e nacional e com a avaliação da atuação da RECID nos últimos quatro anos. O texto-base contém questões para facilitar a elaboração das sínteses.

As sínteses deverão ser enviadas ao Secretariado Nacional da RECID até dia 24 de novembro, para [secretariadonacional@recid.org.br](mailto:secretariadonacional@recid.org.br). A partir do recebimento deste material o Grupo de Trabalho de organização do 12º Encontro Nacional elaborará um novo texto a ser utilizado nos debates do encontro.

A data para envio dos nomes das pessoas participantes do 12º Encontro foi reagendada para dia 22 de outubro para estados que ainda não tenham enviado.

Lembrando que a pessoa responsável pela sistematização deve ser uma das três de cada estado a participar do Encontro Nacional e que o envio dos nomes deve ser feito para o e-mail [secretariadonacional@recid.org.br](mailto:secretariadonacional@recid.org.br).

Por fim, informamos que esta semana, de 13 a 15 de outubro ocorreu a V Plenária Nacional do Plebiscito Constituinte. Além dos debates sobre a conjuntura da reforma política a plenária foi marcada pela entrega dos resultados do plebiscito aos três poderes da república. Sobre estes e os próximos enviamos o documento que foi distribuído na plenária.

Bom trabalho!



## **Recid (2011-2014): avanços, limites e desafios.**

“Quando homens e mulheres compreendem a sua realidade, podem levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar solução. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e suas circunstâncias”.

Paulo Freire

### **1 – Introdução:**

De 8 a 11 outubro de 2014, estivemos reunidos/as 30 educadores/as populares, sendo um/a de cada estado e do DF, mais representação da equipe pedagógica do Camp, Comissão Nacional, equipe do Talher Nacional e o GT de Coordenação do Processo de Sistematização, com a missão de: a) apropriar-se e dialogar com os textos nacionais das dimensões política, pedagógica, organizativa e de gestão compartilhada da Recid; b) socializar, dialogar e qualificar coletivamente a elaboração dos textos estaduais/sistematização das experiências; c) avançar para a análise crítica da Recid nos 4 anos, tendo em vista a construção/produção do texto-base para o 12º Encontro Nacional, a partir dos textos estaduais.

A partir da sistematização prévia sobre o trabalho da Recid, aprofundamos as 3 dimensões que sustentam o trabalho da Recid: a) a educação popular/pedagógica; b) a dimensão sociopolítica; c) a dimensão organizativa, que compreende também nosso modo de nos organizar e buscar fazer uma gestão compartilhada dos processos vivenciados por nós.

Fizemos o caminho pedagógico de escutar a voz das diferentes experiências sistematizadas pelos estados; neste sentido, nos encontramos com diferentes propostas de formação sistemática, inspiradas no 3º Programa Nacional de Formação da Recid, tais como: a) Escolas de Educadores, Comunidade de Aprendizagem, Curso de Formação Realidade Brasileira, Programa Macrorregional de Formação; b) formação política de jovens do campo e da cidade, com mulheres... Também nos encontramos com as experiências de agroecologia, com catadores de material reciclável, de educação popular com povos indígenas e povos de terreiro, de organização das mulheres, economia solidária...

Do diálogo com estas diferentes experiências, relacionando com o processo vivido pela Recid nacionalmente, desde a vivência do Plano Trienal – 2011/2014, formulamos um olhar crítico/propositivo sobre os nossos avanços/aprendizados, nossos limites e os desafios que nos provocam a pensar a Recid para o futuro.

Ao olhar para o conjunto da experiência da Recid 2011/2014 nos perguntamos o que é preciso ser reafirmado e consolidado (o que aprendemos e conquistamos e não abrimos mão) e o que percebemos de limites que precisam ser superados numa perspectiva de futuro nas dimensões pedagógicas, do fortalecimento das lutas e movimentos sociais

populares e da gestão compartilhada e organicidade. Segue uma síntese deste debate, a ser aprofundada nos estados e macrorregiões, tendo em vista a preparação para o 12º Encontro Nacional da Recid, de 4 a 8 de dezembro próximo.

## **2 – Dimensão sociopolítica:**

A partir da leitura do texto da dimensão política e das experiências, nos perguntamos: Qual o lugar da Recid nesta conjuntura política? O que a aguarda no próximo período? O que é central para Educação Popular na atual conjuntura (social, política e econômica)? Quais as contribuições que a RECID constrói com o povo na base, para que os avanços conquistados não se percam? Qual a relevância da Recid, enquanto ferramenta de fortalecimento junto aos movimentos sociais na construção de um projeto popular?

A Recid nos últimos 4 anos aparece como um dos espaços de referência para o fortalecimento das lutas populares. Neste sentido, as atividades pedagógicas, continuadas e processuais, como oficinas e encontros municipais, intermunicipais, estaduais e macrorregionais, como as cirandas e jornadas de educação popular, as escolas de educação popular tem unido mentes e corações, saberes, culturas e sonhos coletivos em prol de um projeto de sociedade que se contraponha ao modelo capitalista.

Exemplo recente do trabalho da Recid no campo da articulação política é a sua atuação na campanha do

Plebiscito Popular pela Constituinte para a Reforma Política, tornando-se um importante elo nesse processo. Igualmente importante é a relação e presença da Recid nos fóruns Social e Pan-Amazônico, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Centro de formação de economia solidária-CFES, fóruns estaduais e municipais de economia solidária, espaços onde as lutas são fortalecidas. Também não podemos deixar de destacar no campo da articulação política, a participação e contribuição da Recid em 2010 na I Conferência Nacional de educação, desde as etapas, municipais, regionais, estaduais, onde se destacou e afirmou a educação popular no processo de construção do Novo Plano Nacional de Educação-PNE. Em 2013 e 2014, seguimos com o mesmo desafio, agora rumo à II CONAE com a missão de garantir no documento do PNE a educação popular na política de educação do país para os próximos 10 anos.

Neste sentido, seguir ampliando a relação política e as parcerias com os movimentos sociais se faz necessário para não perder de vista o sentido de trabalho por um projeto de sociedade, de fato, popular. Por isso, é de fundamental importância que a Recid siga com:

- A formação política e pedagógica para novas lideranças junto aos movimentos sociais;
- Avançar para a compreensão e aprofundamento do que é o poder popular no Brasil e na América Latina;
- Lutar por novas formas de relações de poder para avançar no modo de organização da sociedade e da economia, tendo em vista a superação dos limites e vícios das relações capitalistas.

A articulação com os processos de políticas públicas tem levado a Recid a não perder de vista, a partir de análises permanentes e sistemáticas a correlação de forças, o que contribuiu para manter sua identidade e a discussão em torno da sustentabilidade política e financeira da Recid.

## Os limites da prática:

- ✓ A falta de apropriação e do conhecimento, assim como a vivência dos princípios do Projeto Político Pedagógico (PPP);
- ✓ A aproximação de novos sujeitos e movimentos sociais nos coletivos estaduais e certo estranhamento por conta dos/as educadores/as que não buscam fazer uma acolhida a partir dos princípios da educação popular, o que contribui para a fragilidade na organicidade dos coletivos e na relação orgânica entre os educadores/as e os movimentos sociais e populares;
- ✓ O diálogo com as instituições formais que fazem parte dos coletivos estaduais, mas que na sua prática não vivenciam os princípios da educação popular, é incipiente;
- ✓ Avançar para a compreensão do que é a Recid como uma rede e não como um projeto de governo, assim como a não identificação de educadores/as com a proposta da Recid;
- ✓ A desconexão entre ações definidas nacionalmente, os planejamentos estaduais e os impactos do sistema capitalista;
- ✓ O tempo do convênio não é o tempo da educação popular. Logo, as “quebras” do convênio enfraquecem o trabalho de base e a relação com os movimentos sociais;
- ✓ Na perspectiva do projeto popular para o Brasil, o foco em lutas e pautas estratégicas se faz necessário.

## Os desafios à Recid:

- ✓ Avançar na clareza teórica e da práxis e de projeto para dar um salto de qualidade na luta política e práticas pedagógicas;
- ✓ Superar o individualismo e romper com o autoritarismo de alguns grupos dentro da Recid no sentido de abrirem espaços a outros movimentos e organizações populares e sociais;
- ✓ Ressignificar o nome criado - Recid e constituir teórica e politicamente o conteúdo e a forma desta nova bandeira.
- ✓ Compreender a diversidade de grupos que compõem a Recid, intensificando o debate e as articulações em torno de um projeto político e comum;
- ✓ Compreender a autonomia da própria Recid se mantendo para além do convênio. Executar de fato a política transformadora da Recid com todos os atores, saindo do campo teórico metodológico e ir para o campo prático, integrando movimentos e lutas para além do convênio.
- ✓ Radicalizar ações concretas no meio do povo, direcionando na perspectiva das políticas públicas de educação, saúde, entre outras;
- ✓ Lutar por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Aproximar as lutas locais com as nacionais, com ampliação e divulgação destas.
- ✓ Apropriar-se do debate da construção da Política Nacional de Educação Popular (PNEP), tendo em vista sua consolidação como política pública;
- ✓ Fortalecer ações contra a criminalização dos movimentos sociais.



### **Questões para reflexão e aprofundamento nos estados e macrorregiões:**

- a) Na atual conjuntura o que é central para a educação popular? E qual o lugar da Recid nessa conjuntura política?
- b) Qual a relevância da Recid, enquanto ferramenta, no fortalecimento, junto aos movimentos sociais, da construção de um projeto popular?
- c) Qual avaliação da Recid sobre o processo da PNEP? E quais os passos propõe para sua construção?

### **3 - Dimensão Pedagógica:**

As experiências de Educação Popular que consolidamos nos últimos 4 anos, junto a diferentes grupos no Brasil, nos fazem reafirmar como legado, no campo pedagógico, a importância da formação contínua baseada na metodologia crítico Freireana, que compreende atuar partindo da leitura da realidade com o levantamento de temas geradores e significativos para os grupos, articulando a realidade micro à macro, a partir da permanente análise de conjuntura, que permita conhecer e atuar para transformação da realidade.

Na educação popular reafirmamos a necessidade de manter viva a mística, considerar a riqueza das diferentes culturas, a intencionalidade política e a identidade de um trabalho popular que se compromete com a superação das situações de opressão do povo brasileiro, dos/as trabalhadores/as e não perder a clareza de que a educação popular é instrumento pedagógico e político de confronto com as contradições do sistema capitalista.

Da sua intencionalidade política, saber onde se quer chegar com planejamento participativos bem organizados para incidir na realidade, reafirmamos o compromisso de uma educação popular que seja instrumento do fortalecimento dos movimentos e organizações populares, articulando as bandeiras de lutas locais com as bandeiras de luta mais amplas dos movimentos sociais brasileiros, o que pressupõe um processo de avaliação permanente para checar a coerência desta opção.

Avançamos ao apostar num processo de educação popular, que busca avançar na compreensão e luta por direitos humanos, como instrumento de trabalho de base, o que nos exigiu assumir a educação popular como prática transformadora, com saberes diversos valorizados, com compromisso com a luta de classes, cuidando de todas as especificidades dentro dela, para o empoderamento de mulheres e homens, jovens, adultos e crianças buscando a emancipação coletiva. Avançamos na compreensão da sistematização como um princípio das práxis, dialogando com as outras dimensões.

Aprendemos que é necessário cuidar do processo de acolhimento e da formação de novos/as educadores/as, envolvendo-os no processo de planejamento participativo (pedagógico e financeiro). Aprendemos que não podemos abrir mão de ter uma análise de conjuntura aprofundada e consistente em relação ao planejamento.

Beber de fontes mais próximas e alimentar o nosso conhecimento a partir de pensadores brasileiros latino-americanos é tarefa fundamental do/a educador/a popular, isso supõe também compreender e ressignificar bem o conceito de educação popular e a quem se

destina, produzir bons registros para que se possa produzir conhecimento e aprendizados coletivos sobre as práticas, que permitam a que outros/as educadores conheçam e se apropriem com os materiais produzidos em linguagens de fácil acesso.

Reafirmamos, a partir desta sistematização, os princípios do Projeto Político Pedagógico da Recid e o compromisso com a construção de um Projeto Popular para o Brasil, mas contudo apontamos a necessidade de revisitar e avaliar este documento base e de ressignificar o nome da Recid desde sua origem, seu significado e os princípios que a geraram.

Reafirmamos, ainda, que a Recid é uma rede de organizações e não uma organização isolada e que a educação popular é essencial para as conquistas de direitos humanos e da liberdade. Sem a formação não há consciência crítica nem poder popular. Contudo, é necessário considerar que na educação popular, sendo processo, não há aprovados e nem repovados, e que leva tempo para amadurecer uma consciência da classe como classe trabalhadora e como povo brasileiro. A Recid, em sua prática, mantém viva a memória da Educação Popular, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos próprios sujeitos que a compõem.

### **Os limites de nossa prática**

A sistematização nos permite, ao olhar para a experiência e práticas que construímos identificar os nossos limites, sobre os quais precisamos nos debruçar com carinho se quisermos avançar sendo coerentes com a opção de educação que assumimos.

O primeiro ponto que levantamos é o espontaneísmo, a falta de rigor e de disciplina das práticas, inclusive para a auto-formação. Detectamos a existência ainda, na Recid, de práticas com pouco planejamento e sem intencionalidade política e pedagógica, o que faz com que haja pouca identidade da sua própria ação.

Para superar o espontaneísmo, é necessário: a) consolidar um grupo de educadores/as que permaneçam mais tempo na rede para a garantia e fortalecimento dos processos; b) Se apropriar das ferramentas e instrumentos da Recid e do referencial educação popular para a prática (PPP, Diretrizes, Plano Trienal); c) superar o trabalho com temas, lutas e grupos de base sem conexão ou nenhuma com as diferentes realidades locais, a partir de leitura política da realidade; d) Não ficar apenas no discurso vazio, mas superar os limites da práxis (ação, reflexão e ação), a partir do aprofundamento da educação popular e da presença junto aos grupos, respeitando a realidade dos/as educandos/as na reconstrução de sua história e realidade; e) Compartilhar os espaços macro de experiências estaduais e locais.

Apontamos também o limite da fragilidade da Recid no campo da relação de seus processos pedagógicos e da articulação destes com a diversidade de experiências de educação popular existentes, o que reflete na própria expressão e fragilidade de determinados coletivos estaduais. É fundamental avançar para maior articulação de forças e organizações sociais, com ampliação dos espaços de formação política, superando as disputas em torno da unidade de bandeiras de lutas mais estratégicas para o povo brasileiro. Isto implica o repasse aos parceiros sobre o papel político da Recid.

A educação popular tem produção imensa e há o limite da não apropriação, por parte de nós educadores/as, tanto das referências teóricas quanto das experiências, além da

dificuldade de compartilhar estas experiências em nosso território, no nosso país e na América Latina. Outro limite que apontamos é quanto ao registro e a sistematização das experiências. Os/as educadores/as temos dificuldade de fazer o registro das experiências.

Não conseguimos contar a própria história. Organizamos mal os nossos registros, os nossos arquivos e a própria memória dos processos vivenciados. A prática da sistematização permite e faz avançar a capacidade de formulação, apropriação, aprimoramento e recriação das práticas de educação popular.

A contradição entre o tempo de um convênio público e tempo do povo e da educação popular se repete mais uma vez nesta sistematização. Interrupções entre um convênio e outro acarretam alterações no processo de planejamento, articulação e também no trabalho de base com a formação. De um certo modo, impõe também certos limites de trabalho chegar a mais pessoas.

### ***Desafios à coerência com a Educação Popular***

Assumida em seu planejamento, nos últimos quatro anos, a proposta de construção da Política Nacional de Educação Popular (PNEP) tem um debate ainda “razo” na Recid, o que aponta para maior apropriação dos/as educadores populares nos estados. O debate sobre a PNEP e seu caminho foi “apressado”, isto faz com que tenhamos limites na compreensão da própria política, seu processo de construção e a integração de mais parceiros nesta luta. Se faz necessário ampliar o debate para mais movimentos e organizações. Supõe também avançar mais no diálogo entre a educação popular e o espaço formal, envolvendo outras políticas que assumem também a educação popular, enfrentando o medo e problemas da institucionalização.

Por fim, apontamos como desafios futuros à Recid a necessidade de ter uma dimensão mais consistente sobre qual impacto tem o seu trabalho para o processo de educação popular no Brasil, que permita avaliar a pertinência do seu existir nesta tarefa. Como a Recid, de fato, garante um processo sistemático de fortalecimento dos trabalhos de base e o que fortalece? Da resposta a esta pergunta, depende a sustentabilidade deste projeto de educação popular.

Um desafio forte para sua continuidade é enfrentar a pulverização de ações descontinuadas e espontaneístas e consolidar processos mais sistemáticos e com intencionalidade política de trabalho de base, ampliando as experiências de formação de novos/as educadores/as populares e projetos como a Comunicoteca, com maior apropriação e aprofundamento da educação popular pelos atores da Recid. A Recid precisa avançar na compreensão dos processos pedagógicos e metodológicos no fazer do trabalho com as bases junto às organizações e movimentos que lutam por direitos e cidadania.

#### **Questões para reflexão e aprofundamento nos estados e macrorregiões:**

- a) A Recid, de fato, em seu estado e macrorregião assume a concepção e o compromisso com a educação popular crítico freierana, conforme o PPP?
- b) A partir da experiência de trabalho, o que aparece de novo que coloca questões e nos faz repensar a própria Educação Popular?
- c) No campo pedagógico: O que a Recid fortalece no seu estado/região que precisa continuar? E o que não pode continuar?

d) Quais os principais problemas a serem enfrentados pela Recid no campo pedagógico?

**- Dimensão da gestão compartilhada e da organicidade:**

*“A integralidade/transversalidade na vivência da gestão compartilhada e da gestão na Recid é o nosso legado e fortaleza na caminhada”*

À luz das experiências vivenciadas, com base nos princípios e metodologia da educação popular crítico/libertadora - freireana, bem como a consolidação de mais um ciclo Recidiano, onde nos focamos e nos defrontamos, com olhar cuidante para a nossa prática, refletimos nossos aprendizados, o que ficará de legado para a organização popular e nossas principais dificuldades. Dada a relevância do momento nos perguntamos quais projeções as para o futuro? De que forma daremos continuidade às articulações e aos processos de formação, organização e lutas? O que necessitamos fortalecer e consolidar no campo da organicidade e gestão compartilhada, na perspectiva da construção do projeto popular para o Brasil?

A caminhada desses últimos quatro anos com a Recid nos faz reconhecer a relevância da vivência da gestão compartilhada, como ferramenta de empoderamento popular. Aprendemos em nossa prática que só avançamos de forma participativa e coletiva, com base nos princípios da transparência, horizontalidade, planejamento participativo, realizar e avaliar as atividades da Recid junto ao conjunto de entidades, movimentos e organizações populares (coletivos ampliados, encontros frequentes, entidades âncoras locais e parceiros) que a integram, fortalecendo também a educação para o uso de recurso público que se destina à organização do povo.

Reafirmamos a importância de manter a autonomia política e econômica, na gestão dos recursos públicos, sem perder de perspectiva as especificidades macrorregionais, estaduais e locais, socializando demandas e tarefas, corresponsabilizando-se e envolvendo as/os sujeitos/as com quem caminha desde a tomada de decisões ao acompanhamento político e pedagógico dos planejamentos, passando pela realização à avaliação.

Reafirmamos e celebramos a diversidade que a Recid apresenta, com unidade da ação política/pedagógica, busca na formação política aprofundar temas como auto-sustentabilidade, auto-gestão, visando avançar para superação da burocracia do Estado brasileiro, em todos os âmbitos conjuntamente a parcerias e as bases, fortalecendo as lutas populares.

Embuídas/os e comprometidas/os em viver e realizar uma experiência contra-hegemônica ao sistema sócio/econômico capitalista, que em seu modelo perverso e desumano, explora e oprime de forma violenta, em sua acumulação de bens materiais e imateriais de poucos em detrimento de muitos, buscamos viver na Gestão Compartilhada a base de um projeto popular de nação, lançando sementes de práticas alternativas, coletivas que elevam o ser em busca da felicidade, envolvendo parceiras e todas/os que se entrelaçam na Recid na jornada rumo ao mesmo horizonte utópico de bem viver comum.

### ***As pedras a serem tiradas do nosso caminho***

Também nos deparamos com os limites de uma caminhada política, pedagógica e organizativa tendo em vista a busca por maior autonomia, independência na vivência de uma gestão integral das dimensões e processos de forma compartilhada na Recid, onde

nos requer maior aprofundamento e apropriação das ferramentas de acesso aos recursos públicos, compreender/apreender a legalidade que rege as parcerias públicas com a sociedade civil.

Olhando de forma crítica/propositiva, apontamos ainda alguns aspectos negativos na prática cotidiana, tendo em vista a ética na qual a Recid buscar beber, expressa em seu Projeto Político Pedagógico e na coerência com a Educação Popular, em tais questões como:

- a) Ainda há grande dependência financeira de um convênio com Governo Federal, tendo-o como via única na política financeira, nos confrontando com a burocracia, lentidão que não dá conta e se conflita tanto com a dinâmica da Recid; contraposição ao modo de fazer da gestão da Recid e o tempo da educação popular, com o modo de gestão do Estado, a sustentabilidade dos recursos da Recid, o tempo curto do convênio que atrapalha a organização da gestão, como também contínuos processos de sensibilização, mobilização, formação e organização popular.
- b) Trazer à prática os princípios/valores, buscando avançar do campo das ideias e colocar em ação a compreensão/vivência de uma Gestão Compartilhada, pois ainda existem coletivos fragilizados de pouca representatividade e poucos encontros, ausência de compreensão da Gestão Compartilhada e socialização das informações. Contradições que vem do autoritarismo e individualismo e a falta do comprometimento com a luta e o trabalho, como também personalização de tarefas, missões e centralização de processos, às vezes em uma única pessoa.
- c) Algumas vezes ocorrem choques entre o fazer organizativo da Recid com o fazer dos parceiros envolvidos e a falta de consonância nas relações com entidades âncora que não compartilham da vivência da Recid.
- d) Também percebemos que a rotatividade frequente dos educadores/as da Recid, militantes liberadas/os ou não, prejudicam os processos ao se perder a memória, ocorrendo dissonância em formação, articulação e vivência da educação popular.

### ***Principais desafios a serem superados no tecer um novo amanhã***

Na busca coletiva em fortalecer a organização e a luta popular, bem como na continuidade das articulações e ações da Recid, a prática aliada à leitura do contexto real, apontamos como desafios que nos impulsionam a pensar estratégias para mais que a sobrevivência da Recid, mas como avançamos na construção e consolidação do Projeto Político Pedagógico, tendo a gestão compartilhada e organicidade como ferramentas para potencializar os processos coletivos.

É preciso romper com as relações da gestão capitalista e seus fundamentos ideológicos de concentração, lucro, acúmulo, competitividade, individualismo, exploração, opressões sócio/econômica/cultural/ambiental e de cunho religioso, sexo, geração, etnia, de afetividade e sexualidade, relação patrão versus empregados.

Denunciar contradições, abusos de poder e má gestão, explicitando conflitos e superando-os, anunciando alternativas a este modelo, conhecendo e socializando experiências com gestão compartilhada mais efetiva (nos estados), bem como de autogestão, com os grupos de base princípios/valores humanos, solidários, de companheirismo e coletividade e fortalecer a gestão Compartilhada construindo alternativas com parcerias locais, regionais e nacionais, promovendo intercâmbios em todos os âmbitos, melhorando e avançando nos entendimentos, potencializando a comunicação e outras ferramentas.

Buscar incessante/constantemente viver na prática o que descreve nos princípios e diretrizes, sendo coerentes e coesos na metodologia, tendo em vista o fortalecimento da horizontalidade, desburocratização, potencializando a gestão como ferramenta pra luta, otimizando recursos, articulando as dimensões política/pedagógica com a organizativa, efetivando prestações de contas coletivas, transparentes e constantes.

É necessário que todos se apropriem da totalidade do processo, só assim ocorrerá a conscientização sobre os limites que deverão ser rompidos, com a ressignificação e olhar profundo sobre o PPP.

Ao consolidar sua intencionalidade e política de sustentabilidade em rede, aprofundando conceitualmente e organicamente na prática com sua própria autonomia, ampliar suas parcerias dentro do campo popular na perspectiva da classe trabalhadora, com empoderamento do povo, repensar e resignificar seu nome, buscando a essência da Recid, buscando desconstruir a forma tradicional de organicidade e gestão hierárquica e não produzir uma gestão fragmentada, revendo e construindo outros instrumentos mais dinâmicos e coletivos para a superação do formato da prestação de contas. Os relatórios, por exemplo, precisam de maior qualidade pedagógica e política.

Nossa caminhada coletiva requer observar cuidadosamente e aprofundar teoricamente e trazer à prática a melhoria em como trabalhar com recursos públicos, dialogando com o Governo Federal, sem perder a autonomia dos movimentos, buscando mecanismos para além do convênio. Para isso, um desafio é qualificar o processo político e pedagógico e de gestão estudando e se apropriando do SICONV.

E nos cabe enfrentar e avançar sempre nas contradições advindas das práticas sociais e luta de classes no campo organizativo, na relação dialógica/conflictiva com o Estado, problematizando-a, reconstruindo e revendo se nossa estratégia condiz com as nossas opções enquanto classe. Isto tem um tremendo potencial de contribuir para a educação pedagógica e na conscientização que pode de fato mudar as correlações de força e fortalecer o poder popular.

**Questões para reflexão e aprofundamento nos estados e macrorregiões:**

- a) De que forma a vivência da gestão compartilhada e da organicidade da Recid, em todas esferas, contribuem e potencializam seus processos políticos/pedagógicos e uma prática transformadora? Quais principais conquistas? Quais os principais problemas?
- b) Quais os principais aprendizados, ou o que mais se fortalece com a prática da Recid, junto aos movimentos e grupos/coletivos, organizações populares, na perspectiva da Gestão Compartilhada e da organicidade?
- c) Concluindo um ciclo político, para onde se encaminha esta articulação em rede, qual a perspectiva de continuidade da articulação e ação coletiva, sua autonomia e independência econômica?





## COMISSÃO NACIONAL

**“Quem não planta jardim por dentro,  
não planta jardins por fora e nem passeia por eles”.**

**(Rubem Alves)**

### **Carta da CN aos estados**

Companheiros e companheiras o caminho se faz no caminhar

Camaradas, a Comissão Nacional da Recid esteve reunida no dia 9 de setembro de 2014 em Brasília com o objetivo de refletir os processos da recid, dentre eles as questões atuais do convênio, acompanhamento aos estados e organizar- pensar um momento de avaliação do espaço da cn. Nessa perspectiva pensamos ser importante envolver os estados nesse processo avaliativo compreendendo esse espaço como uma ponte que articula os debates micro aos macros do ponto de vista político pedagógico. Dessa forma, nesse momento especial da Recid, no qual estamos fazendo um balanço dos últimos 4 anos e apontando o futuro da Recid, faz-se necessário determos a atenção numa reflexão profunda sobre o significado e o papel da CN para o conjunto a Recid.

Com isso queremos convidar os companheiros e companheiras dos estados a Lançar um olhar avaliativo sobre os processos da Comissão Nacional no último período, levando em consideração: A identidade da CN, sua função política e pedagógica para o conjunto da Recid, o processo de acompanhamento político/pedagógico aos estados e como vamos pensar esse espaço para o futuro da recid.

Pontos que buscaremos aprofundar:

- Como é percebido pelos estados a atuação da cn do ponto de vista político e pedagógico;
- Como os estados enxergam o espaço da CN (seu papel político, e sua função estratégica e organizativa)
- Como os estados avaliam o processo de acompanhamento dos três sujeitos que compõem o Coletivo Nacional (CN, TN, Camp).
- Avaliar se o formato, a organicidade da comissão corresponde as demandas da conjuntura atual e das próximas: o formato do coletivo, bem como sua organicidade também, e de cada representante. (Plano trienal de diretrizes organizativo da Recid 2011/2014).
- Avaliar o papel da cn em relação:

Perspectivas de cenários e ações para o futuro da RECID.

O convenio- olhar sobre avanços, limites e perspectivas.

Dos dias 22 a 24 de outubro a Comissão Nacional estará reunida em Porto Alegre refletindo, avaliando seus processos. Nesse momento contaremos com a contribuição do CAMP no processo de avaliação sobre o acompanhamento político pedagógico aos estados.

A contribuição dos estados nessa reflexão se faz imprescindível no sentido de que são nos espaços micros que reverbera as ações e atuações da CN politicamente.

Dessa forma, Esperamos contar com a contribuição de todo- as nesse processo avaliativo e aguardamos dos estados um retorno até o dia 21 de outubro.

Abraços Fraternos.

**“Continuemos com fé no povo e os pés na luta”.**

Comissão Nacional

Luziânia 10 de outubro de 2014.

# PLEBISCITO CONSTITUINTE

Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político

[www.plebiscitoconstituinle.org.br](http://www.plebiscitoconstituinle.org.br)  
[www.facebook.com/plebiscitoconstituinle](https://www.facebook.com/plebiscitoconstituinle)  
[plebiscitoconstituinle@gmail.com](mailto:plebiscitoconstituinle@gmail.com)

## PRÓXIMOS PASSOS DA LUTA PELA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA NO BRASIL

Lutadoras e lutadores, o nosso Plebiscito Popular foi uma Iniciativa extremamente vitoriosa, conseguindo levar a milhões de pessoas a importância de se buscar uma Constituinte Exclusiva e Soberana para fazer a reforma do sistema político. Apesar da tentativa da grande mídia de nos silenciar, alcançamos quase 8 milhões de votos, numa ação que envolveu mais de 470 organizações em todo o país e mais de 2000 comitês.

Agora, não podemos desanimar. A eleição de um Congresso ainda mais conservador apenas confirma a avaliação de que, sem uma Constituinte para reformar o sistema político, as demandas populares jamais serão escutadas pelas instituições e jamais teremos condições de participar das decisões importantes do país.

A luta continua! Seguimos, nas ruas e mantendo-nos organizados, pressionando rumo à convocação da Constituinte. Aos três poderes, entregamos o resultado de nosso Plebiscito apresentando a proposta de Decreto Legislativo, que coloca em discussão a convocação de um Plebiscito Oficial para convocar a população brasileira a responder a mesma pergunta de nosso Plebiscito.

Devemos nos manter firmes e organizados, manter os comitês populares funcionando, continuar realizando formação política e atividades de diálogo com a população, buscando apoio da sociedade e de movimentos e organizações parceiras, parlamentares, intelectuais, etc. Além, é claro, de continuar realizando lutas de rua, ações de denúncia e pressionando o Congresso Nacional pela abertura do Plebiscito Oficial. A organização é nossa principal arma nesse momento!

Dessa forma, indicamos aqui os próximos desafios que deveremos enfrentar para alcançar nosso objetivo:

### **1) Manter nossa organização!**

Fazer os comitês locais e estaduais continuarem funcionando, com encontros e reuniões regulares, sempre definindo novas ações e encaminhamentos da luta pela constituinte. É importante que, ainda esse ano, **TODOS OS ESTADOS FAÇAM UMA PLENÁRIA ESTADUAL**, para avaliar a organização do Plebiscito e definir linhas gerais de ação da luta pela constituinte no estado. Manter as reuniões das Secretarias Operativas e coordenações estaduais/regionais/locais e o contato com a Secretaria Operativa Nacional. Garantir que os movimentos que participaram do Plebiscito Popular se mantenham atuantes na luta pela Constituinte.

## 2) Seguir organizando formações!

Devemos seguir realizando espaços de formação política de militantes, buscando preparar cada vez mais gente para a luta pela Constituinte. Realizar debates, grupos de estudo, seminários, sobre a importância da reforma política no Brasil, os problemas do atual sistema político e a necessidade da Constituinte. Editar novos materiais de estudo, cartilhas, livros, jornais, revistas, etc. para serem estudados, debatidos e distribuídos massivamente. Seguir com a comunicação divulgando nossas ações pela internet e por todos os meios possíveis.

Temos a proposta de organizar uma nova etapa do Curso de Formação, aproveitando os diversos textos já escritos sobre a necessidade da Constituinte e os discursos e formulações do lutador Florestan Fernandes. É importante produzirmos uma nova versão da cartilha, que sirva de material orientador do curso. Tirar novos calendários de cursos pelo Brasil e de um curso nacional seria uma tarefa a nos dedicarmos.

## 3) Seguir em luta!

É importante continuar realizando lutas de rua e ações de agitação e propaganda, de denúncia dos problemas do atual sistema político, do financiamento privado de campanhas, da falta de representação dos setores populares no congresso, etc. A luta pela constituinte precisa continuar tendo visibilidade e o que garante a sua força é a nossa luta organizada. Precisamos construir ações em todos os estados que pressionem para a convocação da Constituinte!

Seguimos firmes na luta pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político Brasileiro.

Sabemos do tamanho da importância dessa luta para nosso povo e nos mantemos animados. O caminho não vai ser fácil e precisamos estar muito unidos, ampliando cada vez mais a unidade e trazendo cada vez mais pessoas.

## Constituinte quando? JÁ!!!

Apesar de tudo estamos vivos  
Pro que der e vier prosseguir  
Com a alma cheia de esperanças  
Enfrentando a herança que taí  
(meu Deus do céu)  
Nós atravessamos mil saaras  
E eu nunca vi gente melhor pra resistir  
A tanta avidez, a triste estupidez  
Ao cada um por si, ao brilho da ilusão  
Digo na maior - melhores dias virão  
É um desejo deste enorme coração  
E vamos cuidar da úlceras  
E vamos tratar dos pústulas  
Justiça remédio sensacional  
Para levantar nossa moral  
E pra encrementar o ânimo  
E pra fortalecer o fôlego  
Um vinho constituinte bem popular para reforçar a saúde nacional  
Bom dia, bom dia, bom dia  
Alegria, alegria, alegria  
Bom dia, bom dia, bom dia  
Taí o que a gente merecia  
(pra começar).



## POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: "INSTRUMENTO DE CIDADANIA PARA A REFORMA POLÍTICA"

MARCELO PIRES MENDONÇA  
7 DE NOVEMBRO DE 2014 ÀS 21:46

### **Ao instituir a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional, o governo reforça o seu compromisso em assegurar que a população seja protagonista de sua própria história.**

Numa sociedade marcada por clivagens profundas e desigualdades abissais, a responsabilidade política é a medida do compromisso com a população indígena, os povos da floresta, a população negra, quilombolas, mulheres, crianças, jovens, idosos, sem terra e sem teto, enfim todos os grupos excluídos e vulneráveis cujas vozes foram silenciadas (não sem resistência) durante 514 anos. A redemocratização foi um marco na abertura do estado brasileiro à sociedade e foi a partir dos governos democráticos e populares do presidente Lula e da presidenta Dilma que este processo se consolidou com a criação, o fortalecimento e a institucionalização dos instrumentos de participação social, dentre os quais se destacam audiências e consultas públicas, comitês gestores, mesas de diálogo, ouvidorias, planos diretores, orçamentos participativos, as conferências e os conselhos nacionais. Todos apresentam uma característica em comum: a institucionalização de um canal democrático de diálogo e ação entre o Estado e a sociedade, com impacto direto e positivo na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas.

Ao instituir por decreto a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) o governo reforça o seu compromisso em assegurar que a população seja protagonista de sua própria história, com políticas públicas que respondam efetivamente às demandas de seus principais interessados. Não por acaso a PNPS é um instrumento de fortalecimento dos conselhos de políticas públicas. O Decreto 8.243/2014 não menciona em momento algum a expressão "conselhos populares", tratando na realidade da regulamentação dos conselhos de políticas públicas.

O debate ora em curso na sociedade brasileira acerca do Decreto que institui a PNPS está sendo pautado de forma desonesta e intencionalmente equivocada pela mídia e pelos setores ultraconservadores da direita, que não têm interesse no aprofundamento da participação social. A desonestidade intelectual mais significativa perpassa a comparação da PNPS com modelos totalmente distintos e alguns inclusive datados historicamente (a exemplo dos *soviets*, implantados na antiga URSS) ou, ainda, com os Conselhos Comuns venezuelanos, que foram

criados em 2006, pelo então Presidente Chávez, e que marcam o início do chamado "processo bolivariano". Estas organizações constituem um modelo de "microgovernos" e fazem parte de um projeto governamental mais amplo, que pretende reconstruir administrativamente o território, com base na criação de "Comunas". Diferente do modelo de participação social apresentado pelo Decreto 8.243/2014, que trata da criação e regulamentação de espaços institucionais de diálogo entre sociedade civil e poder público sem que altere em nenhum nível a composição entre Legislativo, Executivo e Judiciário.

Ao defender a Política de Participação Social reproduzindo os termos equivocados propalados pela mídia e pela oposição, sobretudo a expressão "conselhos populares", cometemos o erro estratégico de discutir a política pela direita, quando devemos construir esta defesa partindo da realidade dos fatos e dos anseios de uma população que foi às ruas por mais espaço na política. O Decreto institui "conselhos de políticas públicas" com participação da sociedade civil e do poder público, expressão que não é mencionada em nenhuma notícia veiculada na mídia ou em nenhum discurso de ataque proferido pela direita. Mais grave ainda: a terminologia correta também não é adotada por aqueles que se manifestam publicamente pela defesa do Decreto. Mais do que uma questão retórica, trata-se de um primeiro espaço de luta, o qual passa pela manipulação do discurso a serviço da desinformação da sociedade brasileira. Observamos duas trincheiras nesta luta: a institucional, que envolve os Três Poderes e a reafirmação de que estas esferas têm assegurado os seus papéis constitucionais na PNPS, ao contrário do que alegam os opositores da política; e a trincheira da mobilização social, que abrange o necessário e amplo debate junto à sociedade civil acerca dos mecanismos e propostas apresentados pela PNPS. Reconhecer estas trincheiras de luta é assumir a necessidade imperativa do governo mobilizar o parlamento, os partidos, as entidades nacionais e os movimentos populares e sociais em torno de uma estratégia a ser construída coletivamente e de forma participativa pela defesa da política de participação social. Isto significa defender a PNPS não apenas no discurso, mas colocando na prática desta luta os seus princípios.

Não há como dissociar o debate sobre a participação social do debate sobre reforma política. Citando a presidenta Dilma: "Não haverá reforma política sem participação social e popular". Portanto, para haver reforma política e/com participação popular e social defendemos como propostas de ação: diálogo entre as lideranças políticas partidárias favoráveis ao Decreto com a finalidade de apresentar e debater os mecanismos propostos; além da realização de uma **Conferência Nacional sobre Participação Social**, de caráter propositivo e pedagógico, nos marcos da Educação Popular e Cidadã e que reúna todos os segmentos da sociedade num amplo diálogo, proporcionando a assimilação e conhecimento sobre Participação Social e popular, como também a elaboração de propostas para o aperfeiçoamento de seus mecanismos e instâncias, principalmente no que se refere a sua efetividade e a garantia da participação. Que a defesa da PNPS reforce o seu papel de instrumento de resposta concreta e constitucional às "vozes das ruas" e que a sociedade conheça e se aproprie dos mecanismos e instâncias de participação que possibilitam a construção responsável de políticas públicas com participação social para fortalecer a nossa democracia!